

Processo NLP nº 058/2018

Pregão Presencial nº NLP 005/2018 – Sessão pública realizada em 12/07/2018.

OBJETO: contratação de hotel na Região de Campinas e cidade de São Paulo, especializado na prestação de serviços de hospedagem, alimentação e infraestrutura para realização do evento denominado "IV Seminário Nacional de Formação Esportiva", para a realização em 02 (dois) dias consecutivos, nos períodos de 26 a 30 de novembro de 2018 ou 03 a 07 de dezembro de 2018, conforme disponibilidade do Hotel.

Referente: Informação sobre recurso administrativo.

Sr. Presidente,

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa Rio Brasil Participações Ltda. EPP, contra a decisão deste Pregoeiro, face a não aceitação da oferta final daquela licitante durante a sessão pública do Pregão Presencial supracitado.

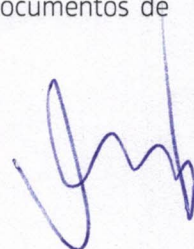
Relatório:

Da sessão do pregão participaram três empresas, quais sejam: 1) Vitória Hotéis Ltda.; 2) Royal Palm Operadora Hoteleira Ltda., e; 3) Rio Brasil Participações Ltda. EPP.

Transcorrida a etapa de lances, na fase de habilitação, as empresas Vitória Hotéis Ltda. e Royal Palm Operadora Hoteleira Ltda. foram inabilitadas, restando, pois, a ora Recorrente que ofertou preço significativamente superior ao obtido na etapa de lances.

Consoante o teor da Ata da sessão (fls. 313/319), infere-se que em negociação com a ora Recorrente o preço final obtido foi de R\$148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais), valor que não foi aceito por este Pregoeiro, e, por consequência, decidiu declarar fracassado o pregão.

Irresignada em relação à referida decisão, em sede de RECURSO (fls. 320/327), a ora Recorrente aduz que houve negativa do Pregoeiro em abrir seu envelope de habilitação e requer seja a Rio Brasil Participações Ltda. EPP declarada vencedora do certame após a apreciação de seus documentos de habilitação.





Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica opina às fls. 340/343 dos autos:

No que tange às demais licitantes, comunicadas sobre a interposição do RECURSO ora debatido, ambas as empresas interessadas declinaram da prerrogativa de contrarrazoar a peça recursal trazida pela ora Recorrente, conforme se infere dos e-mails encartados sob fls. 344/347.

É o relatório. Passo a opinar.

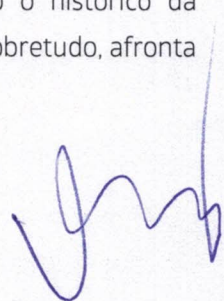
Prefacialmente, cumpre assinalar que inobstante os argumentos trazidos à baila pela recorrente, não há que se falar em decisão a ser reparada, sobretudo porque não restou demonstrado qualquer desvio por parte deste Pregoeiro no tocante ao julgamento proferido por ocasião da realização da sessão do sobredito Pregão Presencial.

A título de se estabelecer uma lógica decisória, importa trazermos ao debate o fato de que a contratação do Hotel para a realização do evento pretendido pelo CBC já foi objeto de duas cartas convite, sendo a primeira fracassada, em razão do não comparecimento de no mínimo 3 (três) licitantes, e a segunda revogada, posto que somente 1 (um) licitante compareceu, tendo havido o entendimento de que seria necessário alterar algumas condições de forma a ampliar a competitividade no certame.

Não se pode olvidar que por ocasião dessa segunda carta convite o preço total obtido foi de R\$ 125.798,20 (cento e vinte e cinco mil, setecentos e noventa e oito reais e vinte centavos).

Outrossim, a pesquisa de mercado realizada previamente à realização deste pregão para efeito de estimativa da contratação resultou em uma média de R\$ 186.488,36 (cento e oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta e seis centavos). Por outro turno, na sessão do pregão o melhor preço obtido foi de R\$ 93.500,00 (noventa e três mil e quinhentos reais).

Ora, como poderia este Pregoeiro aceitar a oferta final da ora recorrente, ao valor de R\$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais), se a Autoridade Competente do CBC revogou uma licitação anterior cujo valor obtido foi inferior ao preço final ora guerreado? É forçoso constatar que a aceitação da oferta final da recorrente por parte deste Pregoeiro, considerando o histórico da contratação, bem como o resultado da etapa de lances, configuraria decisão ilógica e, sobretudo, afronta





ao Princípio da Economicidade, sendo certo, inclusive, que não se vislumbra qualquer vantagem para o CBC em relação ao preço final que a ora recorrente quer fazer prevalecer.

Vale destacar, ainda, que o preço obtido no pregão, embora as demais licitantes tenham sido inabilitadas, revelou a possibilidade clara de o mercado praticar preços muito inferiores aos obtidos na pesquisa de mercado e tal fato não poderia ter sido ignorado por este Pregoeiro, nos termos da jurisprudência do TCU, conforme já explanado no parecer da Assessoria Jurídica e novamente transcrito a seguir:

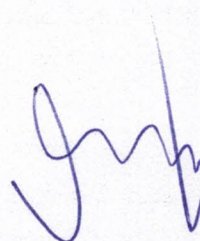
*"A Administração deve pautar-se, dentre outros, sob o critério da economicidade, buscando adotar soluções que atendam às suas demandas com o menor custo possível." TC-015.282/2011-2*

Neste compasso, o que dizer da não abertura do envelope de habilitação da ora recorrente? Devo trazer ao lume os termos do item 7.13, com grifos de agora, senão vejamos:

*"7.13- Se as condições do edital não forem atendidas, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, hipótese em que será declarado vencedor."*

Abstrai-se, portanto, e de forma inequívoca, que este Pregoeiro se manteve alinhado ao imperativo editalício em tela e se não aceitou a oferta da ora Recorrente, por que haveria de abrir seu envelope de documentos de habilitação? Logo, neste ponto guerreado, também não há decisão a ser reformada.

Convém pôr em relevo, ainda, o fato de que após a sessão, a Equipe de Apoio deste Pregoeiro empreendeu diligência para verificação das condições da proposta da Recorrente, já que a documentação até então apresentada não deixava claro se a empresa dispunha de hotel para realização do evento, haja vista que o objeto se destina à "contratação de hotel" e o edital veda claramente a subcontratação em seu item 11 do Anexo I – Termo de Referência.







Com efeito, através da obtenção de documentos públicos juntados aos autos sob fls. 332/339, verifica-se que não há qualquer ligação entre as composições societárias do hotel indicado e a licitante, o que, de pronto, se contratada a recorrente, configuraria a vedada subcontratação.

Diante do exposto, este Pregoeiro remete os autos do processo à Autoridade Competente para decisão final, entendendo, desde logo, não haver decisão a ser reformada, bem como não ter sido verificado qualquer descumprimento ou desvio às regras do presente certame por parte deste Pregoeiro que conduziu e julgou a proposta da ora Recorrente em estreita observância aos termos do edital, bem como às disposições do Regulamento de Compras e Contratações do CBC, sugerindo seja mantido, salvo melhor juízo, o julgamento proferido constante da ata de realização da sessão do Pregão Presencial NLP nº 005/2018.

Campinas, 20 de julho de 2018.

DELVAIR RODRIGUES TRINDADE

Pregoeiro e Presidente da Comissão de Contratação